

GEOGRAFIA, CRISE E CRÍTICA SOCIAL NO CAPITALISMO PERIFÉRICO

Anselmo Alfredo (Org.)

Fábio Pitta, Allan Silva, Ana Ribeiro, Wesley Valentim,
Walid El Khatib, Rinaldo Pinho, Arthur Bassani, Fábio Amaral, Talita
Ferreira, Guilherme Santos, Leonardo Lacerda, Anderson Santos,
Renato Fujicava, Silvio Lima



Igrá Kniga
São Paulo, 2023

Editorial Igrá Kniga

Allan de Campos Silva

Bruno Xavier Martins

Capa

Marília Furman

Revisão

Renata Santos Rente

Diagramação

Allan de Campos Silva

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Geografia, crise e crítica social no capitalismo periférico / organização Anselmo Alfredo. -- São Paulo : Ed. dos Autores, 2023.

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-991950-1-3

1. Brasil - Política e governo 2. Capitalismo
3. Crítica social 4. Economia mundial 5. Sociedade
I. Alfredo, Anselmo.

23-161896

CDD-301

Índices para catálogo sistemático:

1. Crítica social : Sociologia 301

Aline Graziele Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

NOTA DO ORGANIZADOR

Este livro é resultado de longa interlocução com geógrafos que, em sua formação, se compreenderam pela necessidade de interrogar a realidade existente e, ao mesmo tempo, constituir os parâmetros da crítica social que, em certo momento, ainda que necessária, se reconhece nos seus limites. A perspectiva deste conjunto de autores é a de que as determinações da crítica ao capital só seriam possíveis de se realizar se elaborássemos um ponto de vista a respeito de sua crise. Isto porque sem a negatividade crítica do capital estaríamos em sua reafirmação, ainda que a busca do argumento fosse outra.

O encontro com a leitura de Marx, incluindo nove anos de estudos de O Capital, junto ao Laboratório de Geografia Urbana do DG.FFLCH.USP, certamente delineou muito dos argumentos aqui elaborados. Se é possível construir um fio condutor nas diferentes pesquisas, a busca das contradições do capital em sua forma particular na realidade brasileira parece ser um dos preceitos que unem a divergência temática, mas não teórica dos artigos aqui elaborados. Ao mesmo tempo, a intenção é a de reconhecer a crise do capital pela periferia, num momento em que a própria periferia, enquanto tal, é questionada, dada a simultaneidade da crise entre centro e periferia fundada no capital financeiro. Por isso mesmo, à periferia não caberia mais a condição de produção de valor do excedente de capital, estando na simultaneidade com o centro na administração do capital fictício. No entanto, se há perspectivas históricas regressivas, vêm no sentido de conduzir o argumento de que a periferia se fez como a crise simultânea à acumulação mundial e que na passagem do capital produtivo ao financeiro a periferia se uniria ao centro pela crise.

O livro, neste sentido, se apresenta por sessões temáticas que ajudariam o leitor a construir a perspectiva universalizante da crise como história e lógica do capital. No sentido de que a crise é imanente e constitutiva do capital. Assim, poderia, em suas diferentes formas, ser encontrada em qualquer momento da história do capital, já que a crise é sua lógica negativa e identitária. A periferia seria a forma histórica da crise simultânea à acumulação mundial. A simultaneidade atual, contudo, a partir dos anos de 1970, seria a unidade crítica

entre centro e periferia, de modo que esta não seria mais a possibilidade da acumulação do centro. Aqui, a própria lógica centro x periferia poderia encontrar seu limite histórico e lógico.

A primeira seção, **Determinações da Crise**, discute as determinações críticas do capital, em abstrato, mas também situadas historicamente. Nesse sentido, estaríamos diante das formas universais do capital em que a forma revolucionária de seu tempo se daria pela simultaneidade entre crise e acumulação. Do ponto de vista da divisão internacional do trabalho, a periferia se constituiria neste argumento como a simultaneidade da crise do centro, sob formação categorial negativa. É o que se argumenta no texto de Anselmo Alfredo, sob o título **Enigmático sujeito revolucionário: A periferia, reprodução crítica do capita mundial**.

O texto de Fábio Teixeira Pitta e Allan Silva, **A pandemia da crise fundamental do capital no Brasil de Bolsonaro: inflação global, o estouro da mais recente bolha financeira mundial e desintegração social do capitalismo**, nos traz as formas do capital fictício e a relação destas com a história econômica e social recente do Brasil, incluindo a assim chamada era Lula e a crise do milagre brasileiro fundada no alto preço das commodities.

Na argumentação de Ana Sylvia Maris Ribeiro, **Crítica à teoria dos dois circuitos frente à análise da expansão do crédito no Brasil na primeira década do século XXI**, encontramos a impossibilidade teórica de, diante da ficcionalização do capital, reconhecermos o acesso ao crédito como forma de exploração produtiva do capital perante as camadas menos favorecidas, impossibilitando-se a tese dos dois circuitos como eterna forma de acumulação de capital. Assim, os circuitos superior e inferior, em voga pela geografia adepta a Milton Santos, se constituem aqui mais como história da ciência - ainda que presentes em muitas pesquisas atuais - do que uma ciência afeita a compreender as contradições presentes da reprodução do capital fictício.

Aqui, ainda, encontramos o argumento de Wesley Valentim Anacleto da Silva, em que **O atraso latino-americano: acerca das formas do desenvolvimento periférico** é visto criticamente a partir de certa leitura a respeito da teoria da dependência. Nesta, a simultaneidade da crise entre centro e periferia parece ser o ponto limite da crítica almejada. Fundado na noção de simultaneidade dos processos mundiais, a crise do capital aparece como o limite histórico da compreensão da periferia sob o preceito da dependência.

A Seção II, **A MetrÓpole e a Crise**, busca a perspectiva crítica pela crise em consonância com os fenômenos urbanos, especialmente referentes à metropolização. Nestes, a modernização pelo aumento do espaço urbano se reuniria com o mercado de terras, argumento de Walid El Khatib em seu artigo **O**

cinturão verde de São Paulo como expressão crítica do capital. Aqui a expansão industrial e do cinturão verde de São Paulo esteve pari passu com a especulação imobiliária e com os negócios com a propriedade privada da terra. Nesse sentido, esta simultaneidade revelaria os sentidos críticos de certo capitalismo cuja condição financeira antecede a sua determinação propriamente produtiva e que a ascensão do preço da terra demonstraria a redução da taxa de lucro.

A passagem deste processo para os anos posteriores demonstraria - seguindo o argumento de Rinaldo Gomes Pinho, em sua reflexão a respeito das **Periferias urbanas e totalidade crítica** - a pobreza mesmo como objeto de financeirização, através da expansão das necessidades de consumo de bens eletroeletrônicos associada, tal expansão, à creditização. Neste sentido, a própria noção de periferia urbana como o locus da reprodução da classe trabalhadora entra em questão na medida em que há unidade entre centro e periferia da metrópole de São Paulo, pela lógica do crédito e do consumo. O trabalho destas camadas menos abastadas, assim, seria mais para administrar a dívida do cartão além de outras formas creditícias e mobilizar capital excedente do que ser um trabalho produtor de valor, no chão da fábrica.

Quanto às relações de trabalho sob as determinações da crise, o estudo de Arthur de Matos Bassani, **Crise do Trabalho e Economia Precária de Serviços: Apontamentos para uma Crítica da Uberização**, discute como a subordinação do trabalho ao capital financeiro vincula-se à certo complemento financeiro da renda do trabalhador uberizado que se insere nessas relações sob altíssima produtividade, através do automóvel e de plataformas digitais. Assim, a uberização seria forma da crise do trabalho em cuja exploração - com jornadas que chegam a 14 horas diárias - demonstra a impossibilidade de o trabalho produzir valor, sendo isto o fundamento da altíssima exploração do trabalho, não se podendo derivar desta qualquer produção de valor. Ao contrário, a falta de produção de valor levaria a estas longas jornadas como forma mal sucedida de compensação da valorização do capital, portanto, crítica.

Na Seção III, **Educação no Invólucro da Reprodução Crítica**, temos a pesquisa de Fábio Soares do Amaral, **As reformas na educação e o velho caráter ilusório do trabalho**. Aqui, a própria educação sob a crise do trabalho, ao não ter mais a perspectiva do mercado de trabalho para se justificar, torna a crise do trabalho sob a administração das capacidades pessoais o fundamento de sua existência. Assim, a ilusão do mercado de trabalho passa a se caracterizar como a subjetivação da bem aventurança do indivíduo, de acordo com o desenvolvimento de suas habilidades pessoais e profissionais. Estas, assim, justificariam estar ou não inserido no mercado de trabalho constituindo-se o indivíduo sob a consciência de culpa por um processo social que lhe escapa e o

transcende. No extremo, a crise do trabalho se constituiria como a demanda da educação privada na perspectiva dos anos recentes de crise do capital.

Na seção IV, **Reprodução Crítica e Contradição Sociedade Natureza**, a modernização da terceira revolução industrial realiza certa ilusão que naturaliza, sob diversos aspectos, a reprodução social. O artigo considera que o capital fictício vê na precificação do carbono, não na produção de valor, o escape ilusório da crise do capital. Na elaboração de Talita Amaral Sanches Ferreira, em seu artigo **Precificação de carbono e produção fictícia da natureza**, o aumento do preço do carbono detém a aparência de salvaguarda do valor, ao mesmo tempo em que fundado no equilíbrio natural, salvaguarda social. A contradição estaria na necessidade de se reduzir a produção de carbono para transferir tais créditos aos países emissores que, então, poderiam emitir ainda mais... Nesta medida, precificar o carbono exigiria a sua produção e, assim, o desenvolvimento da produtividade do capital que detém o sentido de sua crise. Tanto pelo lado do preço, como pelo do equilíbrio natural, o caminho é fetichista, que naturaliza as contradições do valor e de sua crise.

No mesmo caminho da naturalização, a disputa concorrencial da crise do trabalho se apresenta como concorrência inter racial em que tal crise aparece como a busca de garantia no mercado de trabalho cada vez mais escasso, onde o argumento naturalizante da raça e da cor ganha seu lugar sob tal fundamento que realiza certa narrativa histórica. É a isso que nos remete Guilherme Estevão dos Santos em seu **Raça, Natureza e Trabalho: Modernização brasileira e regulação da força de trabalho em São Paulo**.

Do ponto de vista dos resultados do processo de produção, a contradição que a naturalização das relações sociais ilude é a da reciclagem do lixo, como se a esta aderisse a solução social identificada como equilíbrio natural. Contudo, o que Leonardo de Lacerda Mamede nos oferece em **A reciclagem do lixo capital: elementos para a crítica à naturalização da crise da sociedade do trabalho**, é a análise de que o lixo é demonstração da enorme produtividade do capital. Assim, quanto mais se torna produtivo o capital, mais a reciclagem tem de ser empresarialmente administrada, dada a massa cada vez maior de lixo do capital. No extremo, a reciclagem jamais pode apresentar qualquer tipo de solução para a capacidade produtiva sempre crescente do capital. Ou seja, a reciclagem jamais teria condições de se apresentar como algo que reciclasse o próprio capital. Pelo contrário, seu crescimento seria expressão da crise de produtividade do capital e, assim, de queda de sua valorização. Quanto mais os negócios do lixo crescem, mais em crise o capital, porque isso seria condição e resultado da produtividade do capital, identidade de sua desvalorização. Justamente por isso, à reciclagem

aderem-se as representações, fetichismos da natureza a obscurecer as contradições sociais, da valorização do capital.

A seção V, **Contradição Campo Cidade e Crise, a Periferia do Capital**, traz o fenômeno da crise sob a perspectiva da divisão social do trabalho basilar da modernização, cujo título da seção referida demonstra. Abrimos a seção com a reflexão de Anderson Pereira dos Santos, sob o título **Da crítica da economia política à crítica da contradição campo-cidade: geografia, metafísica e relação agrário-urbano no Brasil**, onde se destaca que esta contradição se coloca como forma estritamente moderna. Nela, os nexos da divisão social do trabalho incorporam, pela forma mercadoria e seu processo de troca, o desenvolvimento das forças produtivas de modo que a relação campo cidade, agricultura e indústria deixa de ser afirmativa. O desenvolvimento das forças produtivas, como queda da taxa de lucro envolveria a modernização da agricultura que implicaria na negatividade da renda da terra como compensadora da referida queda. Nestes termos, então, argumenta-se sobre a negatividade da contradição em questão, visto que ela é mobilizada pela produtividade do capital, ao mesmo tempo em que a intensifica.

A partir daqui, prosseguimos a respeito das determinações entre o campo e a cidade, o capital urbano industrial e a renda da terra. Para Renato Fujicava, em sua contribuição sob o título de **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo: Modernização nacional e reflexão teórica no contexto da formação da Geografia no Brasil**, busca-se a unidade entre processos sociais ou históricos e os limites teóricos europeus à realidade capitalista periférica. Na crítica à unidade desenvolvimentista entre Leo Weibel e Pierre Monbeig, este último destaca-se na medida da compreensão dos limites teóricos da geografia do seu tempo, no reconhecimento de que as determinações monetárias sobrepujavam uma teoria geográfica moral e/ou circunscrita aos seus axiomas disciplinares. Assim, para a leitura da modernização do oeste paulista, o caboclo que aparece como “inútil” na visão de Weibel, para Monbeig é o explorado, o expropriado e o que é aceito somente quando submetido à exploração do mercado de terras e seu respectivo preço. A dívida do sitiante ao mercado de terras, às companhias loteadoras, enfim, aparece como o encontro entre as determinações agrárias e a exploração do trabalho na modernização periférica a partir da expansão do café e seus desdobramentos na forma dos pequenos sítiantes daí oriundos. Socialmente, é o encontro com as mazelas. Isto, ao mesmo tempo, põe-se como a superação teórica de Monbeig em relação aos sentidos positivos de sua leitura sobre a modernização mesma que, contraditoriamente, explicitam a importância da contribuição desta geografia francesa transcendente ao seu próprio tempo.

Na argumentação de Sílvio Monteiro de Lima a sua contribuição, sob o título **Capitalismo sem acumulação: a expansão do agrário paulista e desenvolvimento capitalista periférico**, gira entorno de destacar o que realmente constitui o mercado interno nacional brasileiro. Na medida da simultaneidade centro e periferia, tal mercado se configuraria no consumo do excedente internacional, tornando prejudicada a acumulação interna e industrial na periferia brasileira de modo que a contradição campo cidade na periferia não se realizaria como acumulação nacional brasileira, sendo fundada pela crise e resultando nela.

Neste aspecto, esperamos apresentar um significativo leque temático a demonstrar a universalidade da crise, tanto no tempo quanto no espaço, cuja contribuição estaria, dentre outras, em demonstrar a crise como categoria da crítica e do capital e não como mero acaso histórico.

Anselmo Alfredo